

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.316.545 - SP (2018/0156082-6)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : GUTEMBERG ADRIAN DE OLIVEIRA
ADVOGADO : THÚLIO CAMINHOTO NASSA E OUTRO(S) - SP173260
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONDUTA ÍMPROBA E DANO AO ERÁRIO. JUÍZO FIRMADO NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS. REVISÃO IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 284. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por GUTEMBERG ADRIAN DE OLIVEIRA, em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão assim ementado (fl. 1.282 e-STJ):

DIREITO PÚBLICO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AFASTAMENTO ILEGAL DE SERVIDORAS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 10, DA LEI Nº 8.429/92. NÃO OCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 07/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

- Parecer pelo conhecimento e desprovimento do agravo.

No recurso especial interposto com fulcro em ambas as alíneas do permissivo constitucional, o recorrente aponta violação do art. 10 da LIA alegando ausência de prejuízo ao erário, ao argumento de que a manutenção do pagamento das funcionárias celetistas suspensas ocorreu em conformidade com a legislação pertinente. Sustenta que, para o afastamento das servidoras, que, de forma insubordinada, prepararam cortes de frango vencidos, suas condutas foram devidamente apuradas, mediante sindicância. Sustenta ausência de dolo e ausência de comportamento desonesto. Aponta dissídio jurisprudencial com acórdão que consigna que a lei de improbidade não é para punir o administrador inábil, destacando em suas alegações que o que se cuida saber é se "quando se está diante da plena e inequívoca inexistência de prejuízo ao erário ou dolo, é possível a condenação do agente público por improbidade administrativa" (fl. 1.194 e-STJ).

Contrarrazões a fls. 1.211-1.217.

Neste agravo afirma que seu recurso especial satisfaz os requisitos de admissibilidade e que não se encontram presentes os óbices apontados na decisão agravada.

Parecer do Ministério Público Federal, a fls. 1.282-1.288 e-STJ, pelo não provimento do recurso.

É o relatório. Decido.

Na espécie, a Corte de origem firmou conclusão quanto à configuração da

Superior Tribunal de Justiça

prática de atos de improbidade do art. 10, *caput*, da Lei n. 8.429/1992, em síntese, aos seguintes fundamentos: (i) caracterizado o desvio de finalidade por parte do agente público, que afastou as servidoras com base em processo administrativo irregular sem comprovação da infração a elas imputadas, ainda mais porque os fatos demonstram que "as servidoras atuaram para garantir a saúde e bem estar das crianças e sofreram represália por parte do demandado, a demonstrar abuso de poder e vingança pessoal" (fl. 1.17 e-STJ); e (b) dano ao erário, uma vez que foram mantidos os pagamentos dos vencimentos sem contraprestação do serviço público.

Confira-se (fls. 1.171-1.175):

Da leitura dos autos, verifica-se, o recorrente, então prefeito municipal de Aguaí, após ter efetuado avaliação subjetiva sem respaldo legal e sem respeito aos princípios da ampla defesa e contraditório, afastou as servidoras Gladys Aparecida Kawassaki Ernesto Caneschi e Eliana do Carmo de Souza Carvalho das funções que exerciam na Cozinha Piloto da Prefeitura de Aguaí, com base em procedimento instaurado para apurar utilização de carne de frango vencida no preparo de merenda escolar, sem comprovação de infrações cometidas pelas servidoras.

Assim, não se vislumbra a ocorrência de regular processo.

As servidoras referidas foram afastadas no dia seguinte da denúncia pelos vereadores da utilização de alimento com data de validade vencida para a merenda escolar; porém, a chefe de cozinha, responsável por receber os alimentos e fiscalizá-los, nada sofreu e permaneceu trabalhando normalmente (fls. 403/404).

E, ressalte-se, as servidoras afastadas explicaram que a carne de frango foi entregue e, em março de 2011, a chefe de cozinha e a nutricionista deram a ordem para preparação do frango com data de validade vencida. E narraram, ainda, que os mantimentos eram retirados da câmara fria somente pela chefe da cozinha, de nome Beblícia e José Adelmo, os quais tinham ciência da irregularidade, tanto que mantiveram contacto com o representante do supermercado, o qual garantiu inexistir problemas na utilização por estar o alimento congelado.

Os depoimentos dos outros cozinheiros confirmaram as versões apresentadas.

Relatou Maria Benedita Chagas Correa Matos que as servidoras afastadas informaram os vereadores o ocorrido, daí as sanções.

Verifica-se, as servidoras atuaram para garantir a saúde e bem-estar das crianças e sofreram represália por parte do demandado, a demonstrar abuso de poder e vingança pessoal.

Saliente-se, a garantia da imagem pessoal do prefeito não é a justificativa para o afastamento das servidoras e caracteriza-se desvio de finalidade por parte do agente público, o qual deve buscar o bem público, comum, na gestão da coisa pública.

[..]

Destarte, diante da ilegalidade dos afastamentos, com a manutenção do pagamento dos vencimentos sem contraprestação do serviço público, o dano ao erário restou plenamente evidenciado.

Assim, cabível a devolução dos valores pelo recorrente.

Ademais, posteriormente, a servidora Eliana do Carmo de Souza Carvalho conseguiu procedência em reclamatória trabalhista contra o Município de Aguaí, na qual se decidiu pela nulidade da dispensa e condenação da municipalidade a reintegrar a servidora e a indenizá-la por danos morais no valor de R\$ 10.000,00.

Superior Tribunal de Justiça

Espera-se do administrador público extremado cuidado no trato da res publica, pois a ele delegada sua gestão por todos os cidadãos. Imbuído de severa responsabilidade, não pode nortear seus atos senão pelos princípios que regem a Administração, pena de responder nos termos da lei.

[...]

Irretocável, pois, a determinação de primeira instância, de ressarcimento ao erário municipal dos recursos despendidos com o pagamento dos vencimentos sem contraprestações do serviço público e indenizações.

Por um lado, considerando a fundamentação supra, tem-se que é inviável rever as conclusões a que chegou a Corte de origem a respeito da conduta do recorrente e da ocorrência de dano ao erário, no sentido das alegações do recorrente, sem o reexame do complexo suporte fático-probatório analisado, o que, no âmbito do recurso especial, é vedado por força da Súmula 7/STJ.

Por outro lado, verifica-se que o recorrente apresenta razões dissociadas da referida fundamentação, contra a qual também não procede à impugnação específica, de modo que, à míngua da competente contrariedade, mantém-se incólume, tornando inadmissível o recurso que não a enfrentou. Incidência às hipóteses das Súmulas 284 e 283 do STF.

Como o recorrente não demonstrou o suposto dissídio nos moldes legais exigidos, inviável o conhecimento do recurso pela alínea *c* do permissivo constitucional, pois fica "prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea *a* do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

Ante todo o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator